

**Direito Constitucional**

1. No Direito Constitucional brasileiro,
- (A) emenda constitucional silente sobre sua vigência incide tão logo seja publicada.
 - (B) a rigidez constitucional pressupõe que a Constituição seja modificada apenas por emenda constitucional e regulamentada somente por lei complementar.
 - (C) tratados internacionais sobre direitos humanos – por que relativos a direitos e garantias fundamentais – têm nível constitucional e aplicam-se internamente ao Direito brasileiro pela tão-só assinatura do Presidente da República.
 - (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata e eficácia plena, inclusive quando remetem a respectiva regulamentação a lei, como se dá com a defesa do consumidor (“o Estado promovera, na forma da lei, a defesa do consumidor”).
 - (E) ressalvados os casos previstos na Constituição e na lei, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só é permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definido em lei.

2. Conforme a doutrina e a jurisprudência no Brasil,
- (A) considera-se ausente o interesse processual, ou de agir, em ação direta de inconstitucionalidade contra emenda constitucional que só foi publicada, oficialmente, no curso do processo, antes da decisão.
 - (B) emenda constitucional não pode modificar a organização de poderes constante da Constituição, ainda que o faça sem abolir ou sem ser tendente a abolir a separação dos Poderes.
 - (C) emenda constitucional não pode modificar a forma federativa de Estado, ainda que o faça apenas para sujeitar servidores comissionados, estaduais e municipais, ao regime geral de previdência (gerido por autarquia federal).
 - (D) proposta de emenda constitucional – ainda em tramitação parlamentar – pode ser impugnada por meio de mandado de segurança sob o argumento de vulneração às cláusulas pétreas.
 - (E) emenda constitucional pode abolir o direito de propriedade.

3. No exercício do controle de constitucionalidade no Direito brasileiro,
- (A) acórdão de Tribunal de Justiça em ação direta de inconstitucionalidade não comporta interposição de recurso extraordinário.
 - (B) juiz de primeiro grau, nos autos de processos de sua competência, não pode declarar a inconstitucionalidade parcial sem redução de texto de dispositivo legal incidente à matéria sob julgamento.
 - (C) juiz de primeiro grau, nos autos de processos de sua competência, pode declarar a inconstitucionalidade de leis, inclusive de ofício, o que não é permitido a desembargador fora da composição plenária ou do órgão especial que exerça competências jurisdicionais por delegação do tribunal pleno (salvo se houver precedente da própria Corte ou do Supremo Tribunal Federal).
 - (D) ação direta de inconstitucionalidade pode ser ajuizada para impugnar lei municipal em face da Constituição da República.
 - (E) ação declaratória de constitucionalidade pode ser ajuizada em favor de lei estadual em face da Constituição da República.

4. O Estado Democrático de Direito pressupõe limitações – de diversas naturezas – ao Poder. No Direito brasileiro, inclusive no que se refere as limitações constitucionais ao poder de tributar, é correto afirmar que
- (A) decreto legislativo pode sustar ato normativo do Poder Executivo que, a critério parlamentar, tenha exorbitado do poder regulamentar, vedado o ajuizamento de ação direta para examinar a correção da sustação.
 - (B) a imunidade recíproca e relativa apenas aos tributos da espécie impostos incidentes sobre patrimônio, renda ou serviços.
 - (C) o imposto de renda sujeita-se ao princípio da anterioridade comum e ao da nonagesimal.
 - (D) tratado internacional firmado pelo Presidente da República, aprovado pelo Congresso Nacional e promulgado por decreto presidencial não pode instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
 - (E) a anterioridade tributária pode ser ressalvada por meio de emenda constitucional.

5. Em conformidade com a Constituição brasileira,
- (A) são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados e a defesa do consumidor.
 - (B) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, até os vinte e um anos de idade, pela nacionalidade brasileira.
 - (C) é direito público subjetivo o acesso ao ensino gratuito (fundamental, médio e superior).
 - (D) é proibido aos partidos políticos o recebimento de recursos financeiros de governos estrangeiros, mas não de outras entidades estrangeiras.
 - (E) é vedado criar partido político contrário ao regime democrático.

6. Dentre as garantias fundamentais constantes da Constituição, incluem-se
- (A) o *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, bem como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
 - (B) o mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado *por habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública, mas não quando for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.
 - (C) o mandado de segurança coletivo, que pode ser impetrado por partido político com ou sem representação no Congresso Nacional.
 - (D) a ação popular, que pode ser proposta por estrangeiros, ainda que não sejam eleitores, porque as garantias fundamentais protegem brasileiros e estrangeiros residentes no país, sem distinção de qualquer natureza.
 - (E) a ação civil pública, que não é prevista de modo expresse pelo texto constitucional, mas que se equipara aos remédios constitucionais típicos.



7. Sobre os direitos individuais e coletivos constantes da Constituição, é correto afirmar que
- (A) a sucessão de bens de estrangeiros situados no País é regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sem espaço para a lei pessoal do *de cuius*.
- (B) é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, assegurada a competência para o julgamento dos crimes contra a vida.
- (C) nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.
- (D) nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor de todo o patrimônio desses.
- (E) são crimes inafiançáveis e imprescritíveis o racismo, o terrorismo, os definidos como hediondos e a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
-
8. No tocante à organização do Estado brasileiro, mormente no que se refere à organização de poderes e aos entes federados, a Constituição
- (A) prevê como entes federados a União, os Estados, o Distrito Federal e os Territórios.
- (B) admite medida provisória no processo legislativo estadual.
- (C) veda que os Territórios sejam divididos em Municípios.
- (D) impede que o Congresso Nacional modifique a separação dos Poderes por meio de emenda constitucional que, por exemplo, venha a acrescentar órgão novo ao Poder Judiciário.
- (E) permite que os Estados instituam conselho estadual de justiça destinado ao controle externo da atividade administrativa, financeira ou disciplinar do respectivo Poder Judiciário.
-
9. Sobre o Poder Judiciário brasileiro, bem como sobre a magistratura que o integra, é constitucional
- (A) a norma de Constituição estadual que computa o tempo de advocacia privada para o fim de classificação pelo critério de antiguidade na carreira da magistratura.
- (B) o provimento de Corregedoria de Tribunal de Justiça sobre horário em que magistrado pode exercer o magistério.
- (C) a norma estadual que prevê infração nova e destacada, com consequências disciplinares, fora das hipóteses que decorrem da Lei Orgânica da Magistratura Nacional.
- (D) a lei estadual que disciplina a readmissão de magistrado exonerado.
- (E) a lei estadual que estabelece, como requisito para que juízes possam permutar seus cargos, um ano de efetivo exercício na entrância.
-
10. Na organização federativa brasileira, inclusive no que se refere à repartição de competências entre entes federados,
- (A) a União pode intervir em Municípios localizados em Estados e em Territórios.
- (B) a União não pode delegar aos Estados poder para legislar sobre questões específicas das matérias relacionadas entre as suas competências legislativas privativas.
- (C) o Distrito Federal não pode ser dividido em Municípios, mas nada impede que prefeituras comunitárias ou associação de moradores sejam constituídas por meio de lei distrital para administrar as quadras residenciais do Plano Piloto de Brasília.
- (D) os Estados, o Distrito Federal e os Municípios podem instituir contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência, saúde e assistência social.
- (E) os Estados e o Distrito Federal podem fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, mas esta faculdade não se aplica aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores.
-
- Direito Administrativo**
11. Determinado bem imóvel privado está ameaçado de ruir. Uma associação civil, tendo por objeto a defesa do patrimônio histórico, pretende ajuizar medida judicial para compelir o poder público a tomar ações concretas para preservar o bem. O advogado da associação, consultado, sugere três possibilidades:
- I. ação popular;
- II. ação civil pública;
- III. ação de desapropriação.
- Dessas opções, são efetivamente cabíveis, conforme o direito brasileiro, SOMENTE
- (A) I.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.
-
12. Por um dano causado a usuário do serviço público que presta mediante concessão, uma concessionária privada responderá
- (A) direta e objetivamente.
- (B) direta e subjetivamente.
- (C) objetivamente, mas de modo subsidiário em relação ao Estado concedente.
- (D) subjetivamente, mas de modo subsidiário em relação ao Estado concedente.
- (E) nos termos a serem definidos no contrato de concessão.
-
13. Considere as três seguintes situações: (i) caso de guerra; (ii) caso de aquisição de materiais fornecidos por representante comercial exclusivo; (iii) caso de não terem acudido interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. Essas situações correspondem, respectivamente, às hipóteses de
- (A) dispensa, dispensa e inexigibilidade de licitação.
- (B) inexigibilidade, dispensa e dispensa de licitação.
- (C) inexigibilidade, inexigibilidade e dispensa de licitação.
- (D) inexigibilidade, inexigibilidade e inexigibilidade de licitação.
- (E) dispensa, inexigibilidade e dispensa de licitação.



14. A Constituição brasileira prevê hipótese de requisição de bens; e a Lei de Desapropriações (Decreto-lei nº 3.365/41) prevê hipótese de ocupação temporária de bens. E respectivamente característica de uma e de outra a
- (A) ausência de indenização; e a indenização prévia.
(B) indenização ulterior, se houver dano; e a indenização, a final, por ação própria.
(C) indenização ulterior, em qualquer caso; e a indenização, a final, pela ação de desapropriação.
(D) indenização prévia; e a ausência de indenização.
(E) indenização prévia; e a indenização, a final, pela ação de desapropriação.
15. Nos termos do conceito previsto no Direito federal, uma empresa com maioria do capital votante pertencente à União, e o restante do capital atribuído a outras pessoas jurídicas de direito público interno, bem como a entidades da Administração Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, é dita
- (A) empresa autárquica.
(B) sociedade de economia mista.
(C) empresa pública.
(D) empresa federativa.
(E) empresa privada sob controle acionário estatal.
- Direito Civil**
16. NÃO se sujeitam ao registro no Serviço de Registro de Imóveis
- (A) o usufruto, que têm os pais, dos bens imóveis pertencentes aos filhos menores, enquanto no exercício do poder familiar.
(B) a instituição voluntária de um imóvel como bem de família.
(C) as convenções antenupciais.
(D) as sentenças declaratórias de usucapião.
(E) as convenções de condomínio horizontal.
17. Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis
- (A) exclusivamente se comprometer sua utilidade econômica, como se verifica no estabelecimento, por lei, de parcela mínima de fracionamento dos imóveis rurais ou urbanos.
(B) apenas em razão de cláusula testamentária ou de contrato de doação, não podendo exceder o prazo de dez anos.
(C) por vontade das partes, porém o acordo não pode estabelecer prazo maior do que cinco anos para a indivisão, suscetível de prorrogação ulterior.
(D) perpetuamente, em razão de disposição testamentária.
(E) apenas em razão de disposição legal, para atender o interesse público.
18. Considera-se de boa-fé a posse
- (A) desde que não seja violenta, clandestina ou precária.
(B) se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo, que impede a aquisição da coisa.
(C) de quem possui justo título, porque, neste caso, a seu favor milita presunção absoluta.
(D) somente de quem ostenta título de domínio.
(E) apenas de quem recolhe os tributos incidentes sobre a coisa.
19. Considere as seguintes afirmações a respeito do direito de propriedade:
- I. A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, jazidas e minas, mas excluídos os monumentos arqueológicos.
II. São desfeitos os atos que não trazem ao proprietário qualquer comodidade, ou utilidade, e sejam animados pela intenção de prejudicar a outrem.
III. O proprietário também pode ser privado da coisa se o imóvel reivindicado consistir em extensa área, na posse ininterrupta e de boa-fé, por mais de cinco anos, de considerável número de pessoas, e estas nela houverem realizado, em conjunto ou separadamente, obras e serviços considerados pelo juiz de interesse social e econômico relevante.
IV. A propriedade presume-se plena e exclusiva, até prova em contrário.
V. Somente pode reivindicar a coisa o proprietário que, ao ser dela privado, estivesse na sua posse direta.
- Estão corretas as afirmações
- (A) I, II e III.
(B) I, III e V.
(C) I, IV e V.
(D) II, III e IV.
(E) II, III e V.
20. A responsabilidade civil é independente da criminal, porém
- (A) a absolvição do acusado de causar o dano, em ação penal pelo mesmo fato, em razão de insuficiência de prova da autoria, isenta-o da obrigação de indenizar.
(B) a pessoa criminalmente inimputável fica isenta de responder pelos prejuízos que causar.
(C) a absolvição do causador de dano, em ação penal, pelo reconhecimento de que agiu em estado de necessidade, torna automaticamente certa a obrigação de indenizar.
(D) quando o pedido indenizatório se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não corre prescrição antes da respectiva sentença definitiva.
(E) só ficará sujeito a pagar indenização o agente que não for absolvido na ação penal, se o fato também constituir crime.
21. Na sucessão legítima, não havendo descendente, ascendente, cônjuge sobrevivente ou companheiro do hereditando, herdarão os irmãos e, na sua falta,
- (A) os filhos de irmãos falecidos, que herdarão por cabeça, porém, se concorrerem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles.
(B) os filhos de irmãos falecidos, os quais herdarão por estirpe, sendo irrelevante se filhos de irmãos bilaterais ou unilaterais.
(C) ainda que tenham deixado filhos, herdarão os tios.
(D) os bens serão destinados ao município ou ao Distrito Federal, se localizados nas respectivas circunscrições, mesmo que existam quaisquer outros parentes do falecido.
(E) os filhos de irmãos falecidos, que herdarão por estirpe, porém, se concorrerem filhos de irmãos bilaterais com filhos de irmãos unilaterais, cada um destes herdará a metade do que herdar cada um daqueles.



22. Na sucessão testamentária, aplica-se a seguinte regra:
- (A) não valerá a disposição em remuneração de serviços prestados ao testador, por ocasião da moléstia de que faleceu, por se presumir em decorrência de captação dolosa da vontade.
 - (B) só podem testar os maiores de dezoito (18) anos.
 - (C) em nenhuma circunstância se pode nomear herdeiro ou legatário sob condição.
 - (D) as cláusulas de impenhorabilidade e incomunicabilidade determinam, também, a inalienabilidade.
 - (E) a incapacidade superveniente do testador não invalida o testamento, nem o testamento do incapaz se valida com a superveniência da capacidade.
-
23. A pessoa obrigada a suprir alimentos poderá
- (A) apenas pensionar o alimentando, sendo-lhe vedado substituir a prestação por hospedagem e sustento.
 - (B) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor, cabendo, neste caso, ao Ministério Público estabelecer a forma de cumprimento da prestação.
 - (C) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, sem prejuízo do dever de prestar o necessário à sua educação, quando menor, cabendo ao juiz, se as circunstâncias o exigirem, fixar a forma do cumprimento da prestação.
 - (D) pensionar o alimentando, ou dar-lhe hospedagem e sustento, salvo se se tratar de menor, porque, neste caso, a prestação terá de ser necessariamente em dinheiro, além do que for preciso para a educação.
 - (E) substituir, apenas em parte, e até o limite de dois terços (2/3) a prestação pecuniária por hospedagem e sustento.
-
24. As relações entre os companheiros, na união estável, obedecerão aos deveres de
- (A) fidelidade recíproca, mútua assistência, vida em comum no domicílio conjugal.
 - (B) lealdade, respeito e assistência, e de guarda, sustento e educação dos filhos.
 - (C) lealdade, respeito e consideração mútuos, sendo, porém, excluído o de prestar alimentos.
 - (D) lealdade, respeito e assistência e, obrigatoriamente, a observância nas relações patrimoniais das regras atinentes à comunhão parcial de bens no casamento.
 - (E) fidelidade recíproca, vida em comum no domicílio conjugal e contribuição igualitária nas despesas domésticas.
-
25. Exceto no regime de separação absoluta de bens, ou sendo a outorga suprida judicialmente, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro,
- (A) prestar aval, sendo-lhe, entretanto, permitido prestar fiança.
 - (B) alienar ou gravar de ônus real bens imóveis ou móveis adquiridos na constância do casamento.
 - (C) pleitear, como autor ou réu, acerca de direitos pessoais.
 - (D) alienar direitos hereditários.
 - (E) fazer doações nupciais aos filhos, quando casarem ou estabelecerem economia separada.
-
26. Distinguem-se a condição suspensiva, o termo inicial e o encargo porque a condição
- (A) se refere sempre a evento futuro e certo, enquanto o termo se refere a evento futuro e incerto, sendo que o encargo não se vincula, na sua definição, à circunstância de ser o seu cumprimento certo ou incerto.
 - (B) suspensiva, enquanto não verificada, impede o exercício, mas não a aquisição do direito; o termo inicial suspende a aquisição e o exercício do direito e o encargo nunca suspende a aquisição, nem o exercício do direito.
 - (C) suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição e o exercício do direito; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e o encargo tal qual a condição suspensiva, sempre impede, enquanto não cumprido, a aquisição e o exercício do direito.
 - (D) suspensiva, enquanto não verificada impede a aquisição do direito, mas não o seu exercício ou os atos de sua conservação; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito ou os atos de sua conservação e o encargo sempre suspende o exercício, mas não a aquisição do direito, tal qual ocorre com o termo inicial.
 - (E) suspensiva, enquanto não verificada, impede a aquisição e o exercício do direito; o termo inicial suspende o exercício, mas não a aquisição do direito e o encargo não suspende a aquisição, nem o exercício do direito, salvo se imposto no negócio jurídico pelo disponente, como condição suspensiva.
-
27. É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor
- (A) podendo aquele, entretanto, opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.
 - (B) independentemente do consentimento do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
 - (C) com o consentimento expresso do credor, ficando exonerado o devedor primitivo, salvo se aquele, ao tempo da assunção, era insolvente e o credor o ignorava.
 - (D) mas não se extinguem, com a assunção da dívida, as garantias especiais dadas pelo devedor primitivo originariamente;
 - (E) sendo que, notificado o credor para que consinta na assunção da dívida em certo prazo, o seu silêncio interpreta-se como aceitação.
-
28. Na obrigação de dar coisa certa,
- (A) até a tradição pertence ao devedor a coisa, com os seus melhoramentos e acrescidos, pelos quais poderá exigir aumento no preço e se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.
 - (B) os frutos, pendentes ou percebidos, são do devedor.
 - (C) desde a realização do negócio jurídico e independentemente da tradição, pertencerá ao credor a coisa, com os seus melhoramentos e acessórios, pelos quais não será obrigado a qualquer pagamento adicional.
 - (D) deteriorada a coisa antes da tradição, sem culpa do devedor, resolve-se de pleno direito a obrigação.
 - (E) deteriorada a coisa, antes da tradição, sem culpa do devedor, o credor será obrigado a aceitar a coisa, com abatimento proporcional do preço.



29. Considere as seguintes afirmações sobre a hipoteca:

- I. É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- II. O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia.
- III. A hipoteca é garantia real que tem por objeto coisa imóvel, não podendo ser hipotecados quaisquer bens naturalmente móveis.
- IV. É nula a cláusula que autoriza o credor hipotecário a ficar com o objeto da garantia, se a dívida não for paga, no vencimento, mas após o vencimento, poderá o devedor dar a coisa em pagamento da dívida.
- V. O herdeiro do devedor não pode remir parcialmente a hipoteca na proporção de seu quinhão, mas pode fazê-lo no todo.

Estão corretas as afirmações

- (A) I, III e IV.
- (B) I, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, III e V.
- (E) III, IV e V.

30. Nos contratos bilaterais, a exceção de contrato não cumprido significa que

- (A) a resolução do contrato de execução continuada, em virtude de onerosidade excessiva, pode ser evitada oferecendo-se a outra parte a modificar equitativamente as condições do contrato.
- (B) a cláusula resolutiva expressa opera de pleno direito e a tácita depende de interpelação judicial.
- (C) a parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.
- (D) ocorrendo a rescisão unilateral, se uma das partes houver feito investimentos consideráveis para a sua execução, a denúncia unilateral só produzirá efeito depois de transcorrido prazo compatível com a natureza e o vulto dos investimentos.
- (E) nenhum dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.

Direito Processual Civil

31. De acordo com disposição legislativa expressa, na execução de obrigação de fazer ou não fazer, fundada em título extrajudicial, se o valor da multa, por dia de atraso no cumprimento da obrigação, estiver previsto no título, o juiz, ao despachar a petição inicial, poderá modificar o valor da multa

- (A) se for insuficiente ou excessivo.
- (B) somente se for insuficiente.
- (C) somente se for excessivo.
- (D) somente com a concordância do exequente.
- (E) somente com a concordância do executado.

Instruções: Nas questões de números 32 a 34 são apresentadas cinco assertivas referentes a um assunto. Para responder a cada uma das questões use a seguinte chave:

- (A) I, II, III, IV, V estão corretas.
- (B) Somente I e II estão corretas.
- (C) Somente III e IV estão corretas.
- (D) Somente II, IV e V estão corretas.
- (E) Somente III, IV e V estão corretas.

32. Mandado de segurança.

- I. O mandado de segurança não é sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade.
- II. O titular de direito líquido e certo decorrente de direito, em condições idênticas, de terceiro, poderá impetrar mandado de segurança a favor do direito originário, se o titular não o fizer, em prazo razoável, apesar de para isso notificado judicialmente.
- III. É inconstitucional lei que fixa o prazo de decadência para a impetração do mandado de segurança.
- IV. É cabível mandado de segurança para discutir direito em tese.
- V. Não cabe reclamação para fazer cumprir mandado de segurança concedido pelo Superior Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal.

33. *Perpetuatio iurisdictionis*.

- I. A regra da *perpetuatio iurisdictionis* impede que o juiz, depois de declarar a nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, decline de sua competência, de ofício, para o juízo de domicílio do réu.
- II. Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado não desloca a competência fixada em razão da distribuição da demanda.
- III. Tem-se por perpetuada a competência na ação rescisória, por sua distribuição, quando não oposta a exceção de incompetência relativa.
- IV. No cumprimento da sentença, o exequente poderá optar pelo atual domicílio do executado, por constituir exceção à regra que atribui competência ao juízo que processou a causa em primeiro grau de jurisdição.
- V. A regra da *perpetuatio iurisdictionis* não impede a conexão das causas.

34. Ações de alimentos.

- I. Alimentos provisionais são os fixados pelo juiz ao despachar o pedido nas ações que seguem o rito prescrito na Lei de Alimentos.
- II. Alimentos provisórios são os estabelecidos como medida cautelar nas ações de separação contenciosa e de anulação de casamento, bem como nas de divórcio.
- III. O juiz, ao despachar o pedido de alimentos provisórios apresentado por cônjuge, casado pelo regime de comunhão universal de bens, determinará igualmente que seja entregue ao credor, mensalmente, parte da renda líquida dos bens comuns, administrados pelo devedor.
- IV. O cumprimento integral da pena de prisão não eximirá o devedor do pagamento das prestações alimentícias vencidas e não pagas.
- V. Na ação de alimentos, se a citação do réu houver de realizar-se fora dos limites territoriais da comarca, será expedida necessariamente carta precatória.



<p>35. Na ação monitoria, os embargos</p> <p>(A) dependem de prévia segurança do juízo e serão processados em autos apartados, pelo procedimento ordinário.</p> <p>(B) independem de prévia segurança do juízo e serão processados em autos apartados, pelo procedimento ordinário.</p> <p>(C) provocam, com a segurança do juízo, a suspensão da eficácia do mandado monitorio, e convertem o procedimento em sumário.</p> <p>(D) suspendem a eficácia do mandado inicial, e, com a conversão do procedimento em ordinário, é cabível a reconvenção.</p> <p>(E) serão oferecidos no prazo de dez dias e serão processados nos próprios autos.</p>	<p>39. No sistema de revisão da sentença, em ação popular para pleitear a anulação de ato lesivo ao patrimônio municipal, promovida por determinado cidadão contra o Prefeito e o Município,</p> <p>(A) cabe reexame necessário, se a sentença for de improcedência.</p> <p>(B) cabe recurso ordinário, se a sentença for de procedência.</p> <p>(C) não cabe reexame necessário, se a sentença for de improcedência.</p> <p>(D) cabe recurso ordinário, se a sentença for de improcedência.</p> <p>(E) não cabe reexame necessário, se a sentença concluir pela carência de ação.</p>
<p>36. Podem ser penhorados, à falta de outros bens,</p> <p>(A) os recursos públicos do fundo partidário recebidos nos termos da lei, por partido político.</p> <p>(B) os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social.</p> <p>(C) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família.</p> <p>(D) os frutos dos bens inalienáveis, salvo se destinados à satisfação de prestação alimentícia.</p> <p>(E) os rendimentos dos bens inalienáveis, mesmo que destinados à satisfação de prestação alimentícia.</p>	<p>40. É um pressuposto subjetivo de admissibilidade recursal</p> <p>(A) a regularidade formal.</p> <p>(B) o interesse.</p> <p>(C) o preparo.</p> <p>(D) o cabimento.</p> <p>(E) a tempestividade.</p>
<p>37. Em ação de nunciação de obra nova promovida por particular contra Estado-membro, a competência para processar e julgar a causa é</p> <p>(A) somente do foro do domicílio do Estado-membro.</p> <p>(B) somente do foro do domicílio do autor.</p> <p>(C) somente do foro da situação do imóvel.</p> <p>(D) do foro do domicílio do autor ou do foro do domicílio do réu.</p> <p>(E) somente do foro da residência do autor.</p>	<p>41. Na execução fiscal, se houver decorrido o prazo prescricional a partir da decisão que ordenar o arquivamento dos autos, o juiz</p> <p>(A) não poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente, nem decretá-la de ofício, mesmo quando houver concordância da Fazenda Pública.</p> <p>(B) poderá reconhecer a prescrição intercorrente somente se o executado alegá-la, não sendo necessária a manifestação da Fazenda Pública.</p> <p>(C) não poderá reconhecer a prescrição intercorrente, se puderem eventualmente ser localizados bens passíveis de penhora.</p> <p>(D) não poderá reconhecer a prescrição intercorrente, se eventualmente puder ser localizado o executado.</p> <p>(E) poderá, depois de ouvida a Fazenda Pública, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato.</p>
<p>38. Os autores ajuizaram ação objetivando especificamente o abatimento proporcional do preço contra a construtora, que entregou os imóveis residenciais populares comprados na planta, com áreas determinadas e com preço estipulado por medida de extensão, mas que não correspondiam às dimensões dadas, e, as diferenças encontradas, para menos, excediam de um vigésimo das áreas totais. O juiz, de ofício, em audiência preliminar, sem manifestação das partes, determinou que a construtora apurasse os vícios e realizasse os reparos necessários. Nesse caso, a deliberação judicial está</p> <p>(A) correta, porque, em circunstâncias especiais, é dever do juiz, na audiência preliminar, proceder a um ajuste na extensão do pedido.</p> <p>(B) correta, porque tratando-se de direitos dos consumidores, o juiz pode tomar a iniciativa de proceder a um ajuste na extensão da providência judicial requerida.</p> <p>(C) correta, porque o juiz, a qualquer momento, desde que anterior à sentença, pode determinar providências para alterar o pedido.</p> <p>(D) incorreta, porque a providência determinada altera a pretensão dos autores.</p> <p>(E) incorreta, porque foi concedida tutela jurisdicional em audiência preliminar, quando só poderia ser concedida em sentença de mérito.</p>	<p>42. De sentença proferida em ação divisória que julga a pretensão de dividir cabe</p> <p>(A) apelação, nos efeitos devolutivo e suspensivo.</p> <p>(B) apelação, apenas no efeito devolutivo.</p> <p>(C) somente agravo de instrumento, sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) somente agravo retido.</p> <p>(E) agravo de instrumento ou agravo retido.</p> <p>43. A exceção de impedimento do juiz</p> <p>(A) poderá ser apresentada no juízo de domicílio do réu, ainda que a causa corra em juízo diverso.</p> <p>(B) é decidida na forma em que se julga a exceção de incompetência.</p> <p>(C) quando oposta na medida cautelar preparatória, suspende o prazo para a ação principal.</p> <p>(D) comporta, da sua decisão, agravo retido.</p> <p>(E) suspende o prazo para o réu requerer a nomeação à autoria.</p>



<p>44. Em execução de título extrajudicial é lícito aos ascendentes do executado</p> <p>(A) adjudicar os bens penhorados, exercendo esse direito depois de lavrado o auto de arrematação.</p> <p>(B) adjudicar os bens penhorados, oferecendo preço não inferior ao da avaliação.</p> <p>(C) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo esse direito no prazo de cinco dias que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.</p> <p>(D) remir todos ou quaisquer bens penhorados, depositando o preço por que foram alienados, em prazo assinado pelo juiz.</p> <p>(E) remir todos ou quaisquer bens penhorados, exercendo esse direito no prazo de vinte e quatro horas, que mediar entre a arrematação dos bens em praça e a assinatura do auto.</p>	<p>49. No tocante ao livramento condicional,</p> <p>(A) não se somam as penas correspondentes a infrações diversas.</p> <p>(B) a revogação será decretada a requerimento do Ministério Público, dispensada a oitiva do liberado.</p> <p>(C) é obrigatória a revogação se o liberado deixar de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença.</p> <p>(D) poderá ser concedido ao condenado a pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos.</p> <p>(E) o condenado reincidente em crime doloso ou culposos deverá cumprir mais de dois terços da pena.</p>
<p>45. As hipóteses de julgamento antecipado da lide são</p> <p>(A) taxativas.</p> <p>(B) meramente exemplificativas.</p> <p>(C) inadmissíveis em ação rescisória.</p> <p>(D) admissíveis exclusivamente no primeiro grau de jurisdição.</p> <p>(E) inadmissíveis na ação declaratória incidental.</p>	<p>50. As medidas de segurança</p> <p>(A) apenas são aplicáveis aos agentes inimputáveis.</p> <p>(B) são inaplicáveis ao inimputável que agir em legítima defesa.</p> <p>(C) não estão sujeitas a prescrição.</p> <p>(D) são determinadas no tempo.</p> <p>(E) não podem ser aplicadas no caso de doença mental superveniente à condenação.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Penal</p> <p>46. NÃO constitui causa de extinção da punibilidade</p> <p>(A) a reparação do dano no peculato culposos, se precedente à sentença irrecorrível.</p> <p>(B) a composição civil homologada nas infrações de menor potencial ofensivo de ação penal privada ou pública condicionada.</p> <p>(C) o término, sem revogação, do prazo acordado de suspensão condicional do processo.</p> <p>(D) a retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso.</p> <p>(E) o casamento do agente com a vítima nos crimes contra os costumes.</p>	<p>51. Quanto ao erro sobre elementos do tipo, é possível afirmar que,</p> <p>(A) se acidental, exclui o dolo e a culpa.</p> <p>(B) se evitável, exclui o dolo, mas não a culpa, ainda que o tipo não preveja a forma culposa.</p> <p>(C) se evitável exclui a culpa, mas não o dolo.</p> <p>(D) se inevitável, exclui o dolo e a culpa.</p> <p>(E) se acidental, exclui a culpa, mas não o dolo.</p>
<p>47. No crime de atentado violento ao pudor, a pena é aumentada de</p> <p>(A) quarta parte se o agente é padrasto da vítima.</p> <p>(B) metade se o agente é casado.</p> <p>(C) quarta parte se cometido com o concurso de duas ou mais pessoas.</p> <p>(D) metade se o agente é padrasto da vítima e de quarta parte se a autora é madrasta.</p> <p>(E) quarta parte se o agente é cônjuge da vítima.</p>	<p>52. São pressupostos da culpabilidade</p> <p>(A) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a exigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(B) a imputabilidade e a falta de dever de cuidado.</p> <p>(C) a previsibilidade do resultado e a exigibilidade de conduta diversa.</p> <p>(D) a falta de dever de cuidado e a previsibilidade do resultado.</p> <p>(E) a possibilidade de conhecer a ilicitude do fato e a falta de dever de cuidado.</p>
<p>48. A pena de prestação de serviços à comunidade</p> <p>(A) é aplicável às condenações superiores a seis meses de privação de liberdade.</p> <p>(B) não é substitutiva da privativa de liberdade.</p> <p>(C) deve ser cumprida à razão de duas horas de tarefa por dia de condenação, fixadas de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho.</p> <p>(D) não é aplicável, em qualquer situação, se o condenado for reincidente.</p> <p>(E) não pode ser cumprida em menor tempo pelo condenado, se superior a um ano.</p>	<p>53. O arrependimento posterior previsto no art. 16 do Código Penal</p> <p>(A) constitui circunstância atenuante, incidindo na segunda etapa do cálculo da pena.</p> <p>(B) exclui a tipicidade e leva à absolvição.</p> <p>(C) constitui causa geral de diminuição da pena, incidindo na terceira etapa do cálculo.</p> <p>(D) não é aplicável aos crimes cometidos com violência à pessoa, não se admitindo igualmente nas infrações culposas violentas, segundo pacífico entendimento jurisprudencial.</p> <p>(E) é cabível se a reparação do dano ocorrer até o trânsito em julgado da sentença.</p>



<p>54. O estelionato</p> <p>(A) não se configura havendo fraude bilateral.</p> <p>(B) exige que a fraude seja anterior à obtenção da vantagem ilícita.</p> <p>(C) é crime formal, consumando-se no momento em que o agente obtém vantagem ilícita em prejuízo alheio.</p> <p>(D) é punível se praticado contra ascendente.</p> <p>(E) admite a tentativa e o arrependimento eficaz, mas não o reconhecimento de crime impossível.</p>	<p>59. Em relação à pena de multa, é acertado afirmar que</p> <p>(A) a obrigação de pagá-la é transmissível aos herdeiros.</p> <p>(B) pode ser convertida em detenção.</p> <p>(C) pode ser aplicada cumulativamente com a pena privativa de liberdade, mas não substituí-la, ainda que em conjunto com restritiva de direitos.</p> <p>(D) pode ser aumentada até o triplo, se o juiz, em virtude da situação econômica do réu, verificar a sua ineficácia, embora aplicada no máximo.</p> <p>(E) não admite atualização do valor pelos índices de correção monetária.</p>
<p>55. Incabível o perdão judicial na</p> <p>(A) injúria.</p> <p>(B) fraude de refeição, alojamento ou uso de transporte sem dispor de recursos.</p> <p>(C) receptação culposa.</p> <p>(D) subtração de incapaz.</p> <p>(E) lesão corporal simples dolosa.</p>	<p>60. Se aceita a adoção do princípio da insignificância em caso de furto de bagatela, a hipótese será de</p> <p>(A) absolvição por atipicidade material da conduta.</p> <p>(B) redução da pena pela regra do art. 155, § 2º, do Código Penal.</p> <p>(C) concessão de perdão judicial.</p> <p>(D) extinção da punibilidade.</p> <p>(E) reconhecimento de circunstância atenuante inominada.</p>
<p>56. No que se refere ao concurso de crimes, adequado afirmar que,</p> <p>(A) no caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se antes a segunda.</p> <p>(B) no concurso formal, o aumento da pena deve levar em consideração o número de crimes, segundo construção jurisprudencial amplamente aceita.</p> <p>(C) no crime continuado, praticados delitos violentos contra vítimas diferentes, a pena pode exceder a que seria cabível pela regra do concurso material.</p> <p>(D) no concurso formal impróprio, as penas devem ser aumentadas até o triplo.</p> <p>(E) no concurso material, os crimes praticados devem ser idênticos.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Processual Penal</p> <p>61. Considere as seguintes decisões:</p> <p>I. Não recebimento da denúncia por crime de roubo.</p> <p>II. Não homologação da proposta de aplicação imediata de pena de multa feita pelo Ministério Público e aceita pelo autor do fato em relação a infração de menor potencial ofensivo.</p> <p>III. Não admissão de apelação interposta pelo acusado.</p> <p>É correto afirmar que para</p> <p>(A) as decisões I, II e III é cabível recurso em sentido estrito.</p> <p>(B) as decisões I, II e III é cabível apelação.</p> <p>(C) as decisões I e III cabe recurso em sentido estrito e para a II cabe apelação.</p> <p>(D) a decisão I cabe apelação, para a II recurso em sentido estrito e para a III carta testemunhável.</p> <p>(E) as decisões I e II cabe recurso em sentido estrito e para a III carta testemunhável.</p>
<p>57. Segundo a Lei de Execução Penal, as faltas disciplinares</p> <p>(A) leves e médias são especificadas por lei federal.</p> <p>(B) graves só podem ser cometidas pelo condenado à pena privativa de liberdade.</p> <p>(C) apenas são punidas na forma consumada.</p> <p>(D) que também correspondam à prática de crime doloso sujeitam o preso à sanção disciplinar, excluída a sanção penal.</p> <p>(E) também sujeitam o preso provisório à sanção disciplinar.</p>	<p>62. É INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Na determinação da competência por conexão ou continência, no concurso de jurisdições da mesma categoria, utiliza-se como critério principal o da preponderância do lugar da infração, à qual for cominada a pena mais grave.</p> <p>(B) A pronúncia é causa interruptiva da prescrição, mas não haverá a interrupção em caso de desclassificação do crime pelo Tribunal do Júri para outro de competência do juiz singular.</p> <p>(C) Qualquer das partes poderá, no prazo de 2 (dois) dias, pedir ao juiz que declare a sentença, sempre que nela houver obscuridade, ambiguidade, contradição ou omissão.</p> <p>(D) Nos casos de prisão em flagrante pela prática de crime contra a economia popular ou de crime de sonegação fiscal, a liberdade provisória somente poderá ser concedida mediante fiança, por decisão do juiz competente e após a lavratura do auto de prisão em flagrante.</p> <p>(E) O procedimento comum será ordinário, sumário ou sumaríssimo.</p>
<p>58. No caso de posse de drogas para consumo pessoal</p> <p>(A) a pena de prestação de serviços à comunidade é substitutiva da privativa de liberdade.</p> <p>(B) incabível a imposição de multa, ainda que se recuse injustificadamente o agente a cumprir a medida educativa fixada.</p> <p>(C) a pena de prestação de serviços à comunidade, se o acusado for reincidente, pode ser aplicada pelo prazo máximo de 10 (dez) meses.</p> <p>(D) a prescrição ocorre em dois anos, sem previsão de interrupção do prazo.</p> <p>(E) a medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo, não sendo reincidente o acusado, pode ser aplicada pelo prazo máximo de 03 (três) meses.</p>	



63. O inquérito policial, no ordenamento brasileiro,
- (A) é sigiloso, inquisitivo e constitui forma exclusiva de investigação criminal.
 - (B) poderá ser arquivado pelo juiz em virtude de requerimento formulado pelo Ministério Público ou de representação feita pela autoridade policial.
 - (C) poderá ser arquivado diretamente pela autoridade policial ou pelo membro do Ministério Público quando manifesta a sua improriedade, como, por exemplo, em caso de ocorrência de prescrição.
 - (D) é inquisitivo e pode ser dispensado pelo Ministério Público quando dispuser de elementos suficientes para oferecimento da denúncia constantes de peças de informação.
 - (E) poderá ser instaurado com base em indícios obtidos em interceptação telefônica determinada pela autoridade policial, de forma motivada e com observância dos requisitos legais.
64. Em relação ao assistente do Ministério Público, o Código de Processo Penal dispõe que
- (A) poderá ser admitida a sua participação desde o inquérito policial.
 - (B) a sua ausência no plenário do júri, quando anteriormente habilitado e intimado para a sessão, causa nulidade.
 - (C) lhe será permitido arrolar testemunhas, requerer perguntas às testemunhas e participar do debate oral.
 - (D) deverá intervir em processo de *habeas corpus* quando proposto o trancamento da ação penal em relação a processo no qual está habilitado.
 - (E) ele será admitido, para participar de julgamento no Tribunal do Júri, se tiver requerido sua habilitação até cinco dias antes da data da sessão na qual pretende atuar.
65. **A** foi acusado da prática de furto porque, segundo a denúncia, subtraiu de **B**, mediante trombada, determinada importância em dinheiro. Encerrada a instrução probatória, o membro do Ministério Público pleiteou a condenação por furto, o assistente do Ministério Público, por entender que, em caso de trombada, há violência, postulou a condenação por roubo, e o acusado pediu a sua absolvição. O juiz
- (A) poderá condenar por roubo por se tratar de hipótese de *emendatio libelli* em que pode aplicar, sem necessidade de prévio aditamento, pena mais grave.
 - (B) poderá condenar por roubo por se tratar de hipótese de *emendatio libelli* desde que haja aditamento prévio do Ministério Público, pois somente não se exige quando for aplicável pena igual ou menos grave.
 - (C) poderá condenar por roubo embora se trate de hipótese de *mutatio libelli* se houver aditamento do Ministério Público.
 - (D) poderá condenar por roubo embora se trate de hipótese de *mutatio libelli* se houver aditamento do Ministério Público ou do assistente do Ministério Público.
 - (E) não poderá condenar por roubo porque o juiz fica adstrito aos termos da imputação e o aditamento somente seria possível antes das alegações finais da defesa.
66. Analise a seguinte afirmação:
- “A ação civil de reparação do dano resultante de crime pode ser proposta quando há absolvição do acusado por estado de necessidade.”
- Essa assertiva está
- (A) inteiramente errada, porque nunca poderá ser proposta a ação, pois a absolvição no crime sempre a impede, por fazer a decisão penal coisa julgada no cível.
 - (B) inteiramente errada, porque nunca poderá ser proposta a ação, pois, embora a absolvição no crime nem sempre a impeça, nos casos de absolvição por excludente de ilicitude a ação ficará impedida em todas as suas hipóteses.
 - (C) inteiramente errada, porque nunca poderá ser proposta a ação, pois, embora a absolvição no crime nem sempre a impeça, nos casos de absolvição pelas excludentes de legítima defesa e estado de necessidade a ação ficará impedida.
 - (D) inteiramente correta, porque sempre poderá ser proposta a ação, pois a absolvição no crime não a impede, por vigorar no país a regra da independência entre as esferas civil e criminal.
 - (E) parcialmente correta, pois, em caso de absolvição por estado de necessidade, apesar de haver coisa julgada no cível, deve ser aplicada a lei civil e esta somente considera legítima a conduta, impedindo-se a ação civil, quando as circunstâncias tornarem o ato absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.
67. A prisão processual decorrente de
- (A) flagrante impróprio é aquela que ocorre quando o agente acaba de cometer a infração penal.
 - (B) flagrante por crime permanente consistente na guarda de droga para tráfico na residência poderá ser efetuada ainda que o agente se encontre em outro local.
 - (C) preventiva somente poderá ser determinada antes da sentença condenatória.
 - (D) preventiva é cabível para garantia da ordem econômica, da ordem pública, por conveniência da instrução criminal, para assegurar a aplicação da lei penal e para afirmar a credibilidade da justiça criminal.
 - (E) pronúncia ou de sentença condenatória recorrível é cabível quando o agente não for primário ou não tiver bons antecedentes.
68. Considere as seguintes assertivas sobre competência no processo penal:
- I. Crime cometido no Estado do Paraná, por juiz que exerce suas funções no Amapá, será julgado pelo Tribunal de Justiça do Amapá.
 - II. Civil que comete crime militar contra instituição militar estadual será julgado pela Justiça militar estadual.
 - III. O julgamento de crime praticado ou sofrido por indígena compete à Justiça Federal.
 - IV. O crime de estelionato consistente em emissão de cheque sem fundos será julgado no local onde se situar o banco que recusou o seu pagamento.
 - V. O crime praticado contra servidor federal em razão de suas funções será de competência da Justiça Federal.
- Estão corretas
- (A) I, II e III.
 - (B) I, III e V.
 - (C) I, IV e V.
 - (D) II, III e IV.
 - (E) III, IV e V.



<p>69. Aponte a alternativa que corresponde a regra do Código de Processo Penal sobre nulidade.</p> <p>(A) A defesa deficiente gera nulidade absoluta, sendo presumido o prejuízo.</p> <p>(B) A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.</p> <p>(C) A falta de defesa prévia após o interrogatório gera nulidade absoluta.</p> <p>(D) A nulidade de um ato, uma vez declarada, afetará os atos posteriores.</p> <p>(E) A falta das alegações escritas do acusado no procedimento ordinário é causa de nulidade relativa.</p>	<p>74. João da Silva, depois de definitivamente condenado, inicia o cumprimento da pena que lhe foi imposta em regime inicialmente fechado. Durante a execução, requereu progressão de regime, sendo o seu pedido deferido. O Ministério Público poderá interpor agravo, que seguirá o rito do</p> <p>(A) recurso em sentido estrito, sem efeito suspensivo.</p> <p>(B) recurso em sentido estrito, com efeito suspensivo.</p> <p>(C) agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil, sem efeito suspensivo.</p> <p>(D) agravo de instrumento previsto no Código de Processo Civil, com efeito suspensivo.</p> <p>(E) próprio estabelecido na Lei de Execução Penal, sem efeito suspensivo.</p>
<p>70. Assinale a alternativa correspondente a entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>(A) O conhecimento de recurso de apelação do réu depende de sua prisão.</p> <p>(B) A participação do membro do Ministério Público na fase de investigação criminal acarreta o seu impedimento ou suspeição para o oferecimento da denúncia.</p> <p>(C) Não é cabível a suspensão condicional do processo na desclassificação do crime e na procedência parcial da pretensão punitiva.</p> <p>(D) Pronunciado o réu, fica superada a alegação de constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.</p> <p>(E) É necessária a resposta preliminar de que trata o artigo 514 do Código de Processo Penal, mesmo quando a ação penal é instruída por inquérito policial.</p>	<p>75. A decadência nos crimes de ação penal privada ocorre, segundo disposição do Código de Processo Penal, no prazo de</p> <p>(A) seis meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.</p> <p>(B) seis meses contado da data em que o crime foi praticado.</p> <p>(C) seis meses contado da data em que o crime foi comunicado à autoridade policial.</p> <p>(D) três meses contado da data em que o ofendido vier a saber quem é o autor do crime.</p> <p>(E) três meses contado da data em que o crime foi praticado.</p>
<p>71. A arguição de suspeição do órgão do Ministério Público será decidida pelo</p> <p>(A) juiz de direito, com recurso para o Tribunal de Justiça.</p> <p>(B) juiz de direito, sem recurso.</p> <p>(C) juiz de direito dependendo, quando afirmada a suspeição, de confirmação do Procurador Geral de Justiça.</p> <p>(D) Tribunal de Justiça, sem recurso.</p> <p>(E) pelo Procurador Geral de Justiça.</p>	<p style="text-align: center;">Direito Comercial</p> <p>76. A sociedade empresária, no direito brasileiro,</p> <p>(A) é um ente despersonalizado, como regra confundindo-se o patrimônio de seus sócios com o dela.</p> <p>(B) não tem atributos do direito da personalidade, não podendo por isso sofrer dano moral.</p> <p>(C) independentemente de seu objeto, considera-se empresária a sociedade por quotas de responsabilidade limitada.</p> <p>(D) tem por objeto o exercício de atividade própria de empresário sujeito a registro, salvo as exceções expressas em lei.</p> <p>(E) adquire personalidade jurídica tão logo comecem suas atividades, servindo a inscrição no registro próprio apenas para sua formalização.</p>
<p>72. A revisão criminal</p> <p>(A) deve ser requerida por procurador legalmente habilitado.</p> <p>(B) poderá ser impugnada por apelação nos casos em que é resolvida por juiz singular.</p> <p>(C) será processada e julgada pelo Superior Tribunal de Justiça em relação a condenações provenientes de casos de competência originária dos tribunais de justiça.</p> <p>(D) obriga o recolhimento do sentenciado à prisão, quando há mandado de prisão ainda não cumprido.</p> <p>(E) poderá ser requerida após a morte do condenado.</p>	
<p>73. O novo procedimento do júri</p> <p>(A) manteve o libelo-crime acusatório.</p> <p>(B) prevê que os quesitos da defesa devem ser especificados, embora de forma sucinta.</p> <p>(C) não prevê a votação de quesitos sobre agravantes e atenuantes, devendo o juiz considerá-las quando alegadas nos debates.</p> <p>(D) prevê alegações escritas antes da pronúncia, como no procedimento anterior.</p> <p>(E) não mais prevê, como o procedimento anterior, o aparte em plenário.</p>	<p>77. Quanto ao cheque é correto afirmar:</p> <p>(A) Contém a ordem incondicional de pagar quantia determinada.</p> <p>(B) Seu credor pode responsabilizar solidariamente o banco sacado pela inexistência ou insuficiência de fundos disponíveis.</p> <p>(C) Por ter caráter causal, se for endossado a terceiro este responde por exceções pessoais relativas ao emitente.</p> <p>(D) A inexistência ou insuficiência de fundos desnatura-o como título de crédito.</p> <p>(E) Como regra, corresponde a uma promessa de pagamento futuro.</p>



<p>78. Em relação à duplicata mercantil e à nota promissória, analise as seguintes afirmações:</p> <p>I. A nota promissória é uma promessa de pagamento. Seu subscriptor é o devedor principal e se trata de título que não admite aceite, embora possa ser endossado.</p> <p>II. A duplicata mercantil deve ser emitida com base na fatura, corresponde a uma compra e venda mercantil e deve ser aceita pelo comprador, que só pode recusá-la em situações expressamente previstas em lei.</p> <p>III. Somente a duplicata aceita pode ser objeto de protesto cambial.</p> <p>Está integralmente correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I. (B) I e II. (C) I e III. (D) II. (E) II e III.</p>	<p>82. É certo dizer que</p> <p>(A) o contrato de compra e venda mercantil é aquele em que pelo menos uma das partes é empresária.</p> <p>(B) a compra e venda mercantil é um contrato real, dependendo para sua constituição da entrega efetiva do bem ao comprador.</p> <p>(C) apenas bens móveis podem ser objeto da compra e venda mercantil.</p> <p>(D) a compra e venda mercantil, em nenhum caso, subsume-se ao Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>(E) para que o vínculo contratual se aperfeiçoe, na compra e venda mercantil, basta a convergência de vontades do vendedor e comprador, tratando-se pois de contrato consensual.</p>
<p>79. Em relação aos títulos de crédito é correto afirmar:</p> <p>(A) O título incompleto ao tempo da emissão não pode ser preenchido posteriormente.</p> <p>(B) Entre outras, consideram-se como não escritas no título a cláusula de juros e a proibitiva de endosso.</p> <p>(C) Enquanto o título estiver circulando, tanto ele como os direitos ou mercadorias que representa podem ser dados em garantia.</p> <p>(D) O título pode ser reivindicado do portador que o adquiriu de boa-fé e de acordo com as normas que disciplinam sua circulação.</p> <p>(E) A transferência do título não implica a de todos os direitos que lhe são inerentes.</p>	<p>83. Considera-se empresário</p> <p>(A) quem organiza a produção de certa mercadoria, ainda que episodicamente, destinando-a à venda no mercado.</p> <p>(B) quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.</p> <p>(C) quem exerce habitualmente qualquer atividade, econômica ou intelectual, para prestação de serviços diretos na comunidade.</p> <p>(D) o profissional da área científica, literária ou artística, desde que se trate de atividade habitual, como regra.</p> <p>(E) quem exerce atividade econômica, habitualmente ou não, desde que destine a produção de seus bens à venda no mercado.</p>
<p>80. O mútuo bancário</p> <p>(A) é contrato consensual, aperfeiçoado por ocasião da exteriorização da vontade das partes.</p> <p>(B) é contrato no qual as taxas de juros remuneratórios encontram-se limitadas pelo Código Civil.</p> <p>(C) só pode ser instituído mediante instrumento público.</p> <p>(D) é contrato real, que só se aperfeiçoa com a entrega, pelo banco mutuante, do dinheiro ao cliente mutuário.</p> <p>(E) não admite, em hipótese alguma, que o mutuário devolva o valor emprestado antes do prazo pactuado, visando à redução dos juros.</p>	<p>84. No tocante à recuperação judicial da empresa,</p> <p>(A) quem a pleiteia não pode ser falido ou, se o foi, devem ter sido declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, as responsabilidades decorrentes da falência.</p> <p>(B) pode ser pleiteada exclusivamente pelo devedor, não se transferindo a legitimidade a seus herdeiros.</p> <p>(C) o pedido não pode ser requerido por quem já tenha obtido recuperação judicial anteriormente.</p> <p>(D) estão sujeitos a ela todos os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.</p> <p>(E) pode ser requerida por devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de cinco anos, não sendo falido.</p>
<p>81. Em relação às sociedades, é correto afirmar que</p> <p>(A) na sociedade anônima ou companhia, o capital divide-se em quotas, de obrigação solidária dos sócios.</p> <p>(B) na sociedade cooperativa, a responsabilidade dos sócios será sempre limitada.</p> <p>(C) a sociedade em comandita por ações tem o capital dividido em ações, regendo-se pelas normas relativas à sociedade anônima e operando sob firma ou denominação.</p> <p>(D) na sociedade limitada a responsabilidade de cada sócio é solidária em relação ao total das dívidas sociais.</p> <p>(E) somente pessoas jurídicas podem integrar a sociedade em nome coletivo, sob responsabilidade solidária e ilimitada.</p>	<p>85. Examine as seguintes proposições:</p> <p>I. As empresas administradoras de cartões de crédito são instituições financeiras e, por isso, os juros remuneratórios por elas cobrados não são limitados pela Lei de Usura.</p> <p>II. A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida impedem a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.</p> <p>III. Nos contratos bancários posteriores ao Código de Defesa do Consumidor incide a multa moratória nele prevista.</p> <p>É correto afirmar que</p> <p>(A) somente a proposição I encontra-se pacificada.</p> <p>(B) somente a proposição III encontra-se pacificada.</p> <p>(C) somente as proposições I e III encontram-se pacificadas.</p> <p>(D) somente as proposições II e III encontram-se pacificadas.</p> <p>(E) as proposições I, II e III encontram-se de acordo com a atual jurisprudência sobre os temas.</p>

**Direito Tributário**

86. A Constituição Federal de 1988 assegura em seu art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b" a obtenção de certidões para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal, junto a repartições públicas, independentemente do pagamento de taxas. Diante de recusa de um Município em emitir certidão negativa de débito fiscal sem o prévio pagamento da taxa deverá o contribuinte
- (A) impetrar *habeas data*, por ter imunidade tributária.
 (B) impetrar mandado de injunção, por ter isenção tributária.
 (C) impetrar mandando de segurança, por ter imunidade tributária.
 (D) propor ação anulatória de débito fiscal, por ter isenção tributária.
 (E) pagar a taxa, por não se inserir a certidão negativa de débito fiscal na hipótese constitucional.

87. Contribuinte fez em 10.06.2006 pagamento antecipado de tributo cujo fato gerador aconteceu em 10.12.2005. Em meados de 2007 o contribuinte constatou que fez pagamento indevido a maior. Todavia, por se tratar de tributo cujo lançamento se faz por homologação, está aguardando que o Fisco constate o erro e lhe faça a restituição. Caso isso não ocorra, o contribuinte terá que propor ação para repetição do indébito, cujo prazo derradeiro ocorrerá no ano de
- (A) 2010.
 (B) 2011.
 (C) 2012.
 (D) 2015.
 (E) 2016.

88. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário é correto afirmar:
- (A) Em qualquer situação, o crédito tributário só não prefere aos créditos trabalhistas, acidente do trabalho e com garantia real.
 (B) Não se admite concurso de preferências entre pessoas jurídicas de direito público credoras de créditos tributários diversos relativos a um mesmo sujeito passivo.
 (C) A alienação ou oneração de bens do sujeito passivo em débito com a Fazenda Pública, por crédito tributário em fase de cobrança judicial, será caracterizada como fraude à execução somente após citação válida.
 (D) Crédito tributário decorrente de imposto de renda pessoa física não justifica a penhora de único imóvel do devedor, destinado à residência da família (bem de família).
 (E) Na falência, os créditos tributários cujos fatos geradores sejam anteriores à quebra preferem aos créditos extraconcursais, considerados como aqueles cujos fatos geradores ocorreram no curso do processo de falência.

89. Segundo jurisprudência pacífica e sumulada do STJ acerca do ICMS, é correto afirmar que
- (A) incide ICMS sobre o fornecimento de concreto, por empreitada, para construção civil, preparado no trajeto até a obra em betoneiras acopladas a caminhões, por ser prestação de serviços.
 (B) não incide ICMS na importação de aeronave, por pessoa física, para uso próprio.
 (C) não incide ICMS na importação de veículo por pessoa física, destinado a uso próprio.
 (D) incide ICMS na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis.
 (E) não constitui fato gerador do ICMS o simples deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte.

90. Será remunerada por taxa a prestação
- (A) efetiva ou compulsória do serviço de coleta de lixo domiciliar.
 (B) efetiva do serviço de calçamento de logradouros.
 (C) compulsória do serviço de iluminação pública.
 (D) compulsória do serviço de limpeza das vias e logradouros públicos.
 (E) efetiva de uso de bem público.

Direito Eleitoral

91. A respeito da arguição de inelegibilidade e da impugnação de registro de candidatura, é correto afirmar:
- (A) A partir da data em que terminou o prazo para impugnação de registro de candidato, passa a correr, independentemente de qualquer notificação, o prazo de 10 dias para contestação.
 (B) A arguição de inelegibilidade será feita perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Deputado Federal.
 (C) Caberá a qualquer candidato, partido político, coligação ou ao Ministério Público, no prazo de 10 dias, contando da publicação do pedido de registro de candidato, impugná-lo em petição fundamentada.
 (D) A impugnação de registro de candidatura por parte do candidato, partido político ou coligação, impede a ação do Ministério Público no mesmo sentido, posto que, nesse caso, atua como fiscal da lei.
 (E) Na impugnação de pedido de registro de candidato, o impugnante especificará, desde logo, os meios de prova com que pretende demonstrar a veracidade do alegado, arrolando testemunhas, se for o caso, no máximo de seis.

92. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá o Corregedor Eleitoral dentre
- (A) os membros do Ministério Público que fazem parte da sua composição.
 (B) os advogados nomeados pelo Presidente da República.
 (C) os Ministros do Supremo Tribunal Federal que o integram.
 (D) os Ministros do Superior Tribunal de Justiça que o integram.
 (E) quaisquer de seus integrantes.

93. A respeito do acesso gratuito ao Rádio e à Televisão, na forma da Lei nº 9.096, de 19/09/1995, considere:
- I. A propaganda partidária, no rádio e na televisão, feita fora dos horários autorizados pela Justiça Eleitoral, não gozará do benefício da gratuidade.
 II. A propaganda partidária gratuita destina-se à difusão do programa partidário, bem como à divulgação da propaganda de candidatos a cargos eletivos.
 III. As transmissões serão em bloco, em cadeia nacional ou estadual, e em inserções de 30 segundos e 1 minuto, no intervalo da programação das emissoras.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) I.
 (B) I e II.
 (C) I e III.
 (D) II e III.
 (E) III.



<p>94. A respeito do recurso de agravo de instrumento, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O Presidente do Tribunal, ao determinar a remessa dos autos do agravo de instrumento ao Tribunal Superior, não poderá ordenar a extração e juntada de peças não indicadas pelas partes.</p> <p>(B) Denegado o recurso especial interposto contra decisão de Tribunal Regional Eleitoral, o recorrente poderá interpor, dentro de 3 dias, agravo de instrumento para o Tribunal Superior Eleitoral.</p> <p>(C) O Presidente do Tribunal não poderá negar seguimento ao agravo de instrumento interposto fora do prazo legal.</p> <p>(D) Caberá agravo de instrumento contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral que denegar recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal, nos casos previstos em lei.</p> <p>(E) Se o agravo de instrumento não for conhecido, porque interposto fora do prazo legal, o Tribunal Superior imporá multa ao recorrente.</p>	<p>97. Os conceitos legais de degradação da qualidade ambiental e de poluição conduzem à conclusão de que</p> <p>(A) ambos os institutos são idênticos e os respectivos termos são tidos por sinônimos na legislação.</p> <p>(B) a poluição é espécie do gênero degradação ambiental, resultante de atividades que afetem desfavoravelmente a biota, entre outras.</p> <p>(C) a degradação ambiental é espécie do gênero poluição, caracterizada aquela por ser decorrente de ação humana.</p> <p>(D) a poluição refere-se ao lançamento de dejetos e efluentes no meio, ao passo que a degradação ambiental refere-se às outras formas de destruição dos recursos naturais.</p> <p>(E) a degradação ambiental é a denominação genérica das alterações adversas das características do meio ambiente, ao passo que a poluição denota apenas as alterações de caráter voluntário.</p>
<p>95. A partir da escolha de candidatos em convenção, é assegurado o direito de resposta a candidato, partido político ou coligação, atingidos, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou afirmação caluniosa, difamatória, injuriosa ou sabidamente inverídica, difundidos por qualquer veículo de comunicação social. O prazo para o ofendido, ou seu representante legal, pedir o exercício do direito de resposta à Justiça Eleitoral será de 72 horas, contado a partir da divulgação da ofensa, quando se tratar</p> <p>(A) do horário eleitoral gratuito na televisão.</p> <p>(B) do horário eleitoral gratuito no rádio.</p> <p>(C) de órgão da imprensa escrita.</p> <p>(D) da programação normal das emissoras de rádio.</p> <p>(E) da programação normal das emissoras de televisão.</p>	<p>98. A aplicação das sanções administrativas por infrações ao meio ambiente tem como característica a</p> <p>(A) competência do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA para julgar os recursos em última instância.</p> <p>(B) irrecorribilidade das decisões tomadas pelos órgãos fiscalizadores integrantes do SISNAMA, que poderão ser contestadas apenas perante o Judiciário.</p> <p>(C) discricionariedade na tomada de decisões, o que impede a sua posterior revisão judicial.</p> <p>(D) falta de correspondência entre as infrações administrativas e os tipos penais previstos na lei de crimes ambientais.</p> <p>(E) tipicidade estrita, de modo que tanto as infrações quanto as respectivas penalidades devem estar especificamente cominadas pela lei.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Ambiental</p> <p>96. A respeito das relações existentes entre o princípio do poluidor-pagador e as regras relativas à responsabilidade civil por dano ambiental, é correto afirmar que esta responsabilidade</p> <p>(A) é decorrência do princípio do poluidor-pagador, porque todo aquele que polui age com culpa.</p> <p>(B) não pode ser tida como consequência do princípio do poluidor-pagador, porque este princípio estimula a prática de atos de poluição, desde que haja a correspondente indenização.</p> <p>(C) é absolutamente independente do princípio do poluidor-pagador, cuja incidência principal se dá no campo econômico, não jurídico.</p> <p>(D) pode ser interpretada como aplicação concreta do princípio do poluidor-pagador, se este for entendido como a imputação, ao agente poluidor, dos custos da poluição.</p> <p>(E) extrai do princípio do poluidor-pagador as linhas básicas de sua aplicação, por expressa disposição constitucional.</p>	<p>99. Assinale a alternativa que menciona institutos que implicam limitações à propriedade privada, exclusivamente em imóveis rurais.</p> <p>(A) Área de preservação permanente e reserva legal.</p> <p>(B) Área de preservação permanente e reserva particular do patrimônio natural.</p> <p>(C) Reserva legal e refúgio da vida silvestre.</p> <p>(D) Reserva legal e área de proteção ambiental.</p> <p>(E) Refúgio da vida silvestre e área de proteção ambiental.</p> <p>100. O licenciamento ambiental é procedimento no curso do qual os órgãos ambientais praticam atos ora discricionários, ora vinculados. Considere os atos abaixo relacionados, integrantes desse procedimento:</p> <p>I. convocação, por iniciativa do órgão ambiental, de audiência pública para discussão do EIA/RIMA;</p> <p>II. fixação de montante a ser destinado à implantação de unidades de conservação, a título de compensação ambiental;</p> <p>III. fixação do prazo de validade das licenças.</p> <p>Há componente discricionário em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) II, apenas.</p> <p>(C) I e II, apenas.</p> <p>(D) II e III, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>